

Lei no 189

A Câmara Municipal de  
Guaiçara, em sessão de 3 de Novembro de 1960,  
Declara, e eu, Prefeito Municipal, promulgo a se-  
guinte Lei:-

S. Paulo

Artigo 1.º - Foi a Prefeitura Municipal de Guarulhos, autorizada a alienar ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, para doação, o imóvel a baixo descrito, situado nesta cidade, para, nos termos do decreto n.º 27167, de 4 de Janeiro de 1957, nele se construir prédio para funcionamento de uma Unidade Sanitária (Posto de Saneamento), a saber: - "UM terreno de forma retangular, medindo 20 (vinte) metros na linha dos fundos, com 16 (dezesseis) metros da frente aos fundos, com área de 320 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte metros quadrados), confrontando de lado direito de quem olha para o terreno com a Prefeitura Municipal, de lado esquerdo com o I.P.E.S.P. e nos fundos com terrenos da Prefeitura.

Artigo 2.º - Na escritura de doação a ser lavrada após a apresentação pela Prefeitura Municipal de toda a documentação exigida pelo Instituto de Previdência, constará cláusula expressa pela qual o doador não poderá, pelo prazo de 5 (cinco) anos, dar ao imóvel, destinação diversa da prevista nesta lei.

§ Único - Na referida escritura constará ainda, cláusula pela qual a Prefeitura Municipal responderá pela viciação do imóvel doado obrigando-se a desapropriá-lo e doá-lo novamente ao Instituto de Previdência do Estado se ele, a qualquer título for reivindicado por terceiro ou anulada a primeira doação, tendo por ônus para aquela Autarquia.

Artigo 3.º - A doação é irrevogável, observada a hipótese a que alude o artigo 2.º, parágrafo final desta lei.

Artigo 40). - Após a avaliação da doação de que trata esta Lei, a Prefeitura Municipal assumirá contrato de empreitada com o Instituto de Previdência do Estado, para a construção do prédio referido no artigo 19), a ser executada pelo seu Departamento de Obras, por conta do referido Instituto, no terreno cuja doação ora se autorisa.

§ Único: - Poderá a Prefeitura Municipal transferir o contrato a firma de sua escolha, registrada no Instituto de Previdência do Estado e previamente julgada capacitada por ele a desempenhar o cargo profissional e financeiramente, em função do valor da obra.

Artigo 50). - As despesas do prédio de que trata o artigo 19). deverão iniciar-se dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura da escritura de doação, ficando porém, na dependência dos recursos orçamentários destinados para esse fim, no Instituto de Previdência e obedecerá aos padrões, projetos, orçamentos, especificações, cláusulas, planos e condições contratuais a que se refere o Decreto nº 27.167 de 4 de janeiro de 1957, supra citado.

Artigo 60). - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrá por conta da verba própria do orçamento.

Artigo 70). - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 80). - Revoga-se as disposições em contrário.

*Silva*  
Prestes Municipal de Guariba, 7 de Novembro.  
Sua de 1960.

*Paulo Augusto*  
\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Recibida nesta mes-  
ma data, nesta Secretaria.

*Francisco*  
\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO